

A Escola Normal Júlia Kubitschek: percurso e memória de uma pesquisa de alunos e alunas de pedagogia*¹

Teachers school Júlia Kubitschek: journey and memory of a pedagogy student's research

Lia Faria*²

Rosa Maria Souza Braga*³

Palavras-chave

Colégio Estadual Júlia Kubitschek;
Memória;
Professores.

Resumo: Narra-se o percurso na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica: Ciências Sociais e Educação (PPP), com alunos de graduação em Pedagogia. A disciplina tem como objetivos desenvolver os modos de ler, discutir, estudar e sistematizar o conhecimento; exercícios de escrita autônoma, participação em jornada ou outro tipo de encontro; participação em atividades culturais e múltiplas. Privilegiou-se a realização de uma pesquisa amparada na categoria de memória, que se propôs a investigar a trajetória dos professores e demais *funcionários* do Colégio Estadual Júlia Kubitschek, localizada no Centro da Cidade do Rio de Janeiro. Reunimos os resultados a que chegaram os graduandos, que também se dedicaram à preservação da história institucional, podendo contribuir para o campo historiográfico.

Keywords:

Júlia Kubitschek State School;
Memory;
Teachers.

Abstract: *It is narrated the route of the discipline "Research and Teaching Practice": Social Sciences and Education (PPP), with graduate students in Pedagogy. The course aims to develop ways to read, discuss, study and systematize knowledge; autonomous writing exercises, participation in journeys or other meetings; participation in cultural and multiple activities. The emphasis was conducting a research supported on the memory category that aims to investigate the trajectory of teachers at Júlia Kubitschek State School,*

*¹ Rebevido em 17/03/2016. Aceito para publicação em 04/05/2016.

*² Professora associada de graduação em Pedagogia da Uerj e docente da pós-graduação (ProPEd/Uerj). Coordena o Laboratório Educação e República (LER). Pós-doutora em Educação pela Universidade de Lisboa e em Ciência Política pelo IUPERJ, Doutora em Educação, mestre em Filosofia da Educação IESAE/FGV. Bolsista de Produtividade em Pesquisa – nível 2 (CNPQ). Bolsista Prociência da Uerj. E.mail: liafolia11@gamil.com.

*³ Doutoranda e mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Laboratório Educação e República (LER). E.mail: rmsbraga@globo.com.

located in the center of the city of Rio de Janeiro. We combined the results reached by the graduate students who also dedicate themselves to preserve the institutional history and can contribute to the historiographical field.

Esta pesquisa situa-se no âmbito de investigação em desenvolvimento que busca identificar as marcas da produção cultural (anos 1960/1980) no processo de transição entre o Estado de exceção e o Estado de Direito, recuperando, em particular, o cenário político da redemocratização no Estado do Rio de Janeiro. No caso em tela, o fio condutor é a formação cultural e as práticas políticas que inspiraram o professorado, em especial do Colégio Estadual Júlia Kubitschek. Dessa forma, pretendeu-se discutir o processo de construção do pensamento educacional naquelas décadas, em meio a suas contradições, identificando rupturas e permanências circulantes no imaginário docente.

Ao analisar a participação de profissionais mais “engajados” na política e na cultura, o estudo intentou assinalar os possíveis impactos e vestígios presentes em suas falas e memórias docentes. Portanto, os objetivos da pesquisa apontam para o processo de construção de uma educação pautada em princípios democráticos e humanizantes.

O historiador Le Goff (1992) reflete sobre a questão da memória, afirmando que as mutações das mentalidades se dão através da tomada de consciência das rupturas com o passado e da vontade coletiva de assumir as possíveis mudanças decorrentes do processo histórico. Para o autor, “(...) a ruptura dos indivíduos e das sociedades com o passado, esta leitura não revolucionária, mas irreverente, da história, talvez por estar impregnada de vida cultural e cotidiana constituem também e paradoxalmente um instrumento de adiamento, de mudança e de integração” (p. 199).

Deste modo, compreendemos que o exame das ações políticas que envolvem o conjunto do professorado brasileiro, nas décadas de 1960 a 80, pode auxiliar não só na ordenação dos vestígios de um passado ainda recente, mas também em uma releitura dessas pistas, já que os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990).

Nesse sentido, a análise historiográfica privilegiada nesse estudo investe em buscar as lacunas, interrogar-se a respeito do que é lembrado e do que é esquecido, buscar os hiatos e os espaços em branco da história (LE GOFF, 1990), através das narrativas dos entrevistados.

Trabalhamos com a concepção de que a memória coletiva tem diferentes pontos de referência, marcados pela coletividade a que o indivíduo pertence. Nesses aspectos estão as datas, as festas, as tradições, as construções arquitetônicas. Para Pollack (1989), a partir da perspectiva durkheimiana, que está relacionada em tratar fatos sociais como coisas, é possível se utilizar desses diferentes pontos de referência como sinalizadores da memória coletiva de um determinado grupo. Assim, trata-se de uma memória composta por hierarquizações e classificações, que, ao expor a definição do que é característico de grupo e o que o distingue dos outros, na verdade traz fundamentação e sentido de pertencimento e cria fronteiras socioculturais.

Dialogando com esses pressupostos, acreditamos que a relevância desse tema se expressa pela importância estratégica ocupada pela instituição-escola no projeto republicano e sua dimensão social e cultural na constituição política da sociedade brasileira. Assim sendo, as tensões entre a natureza e a função da escola pública/republicana perpassam pelas ações culturais e políticas que adentram no e emanam do mundo escolar.

Na oportunidade, ressalta-se também, para o campo historiográfico, a importância da análise e da preservação da história institucional, oportunizando a recuperação e preservação de documentos, objetos e materiais que expressam momentos significativos dos sistemas públicos de ensino. Ao mesmo tempo, o presente estudo objetiva realizar uma aproximação entre a universidade e o sistema de ensino público fluminense, tendo como pesquisadores alunos de graduação em Pedagogia.

Figura 1 - Fachada externa do CEJK



Fonte: Acervo pessoal, 2015

Figura 2 - Logotipo da escola



Fonte: Acervo pessoal, 2015

Figura 3 - Hall de entrada do CEJK

Fonte: Acervo pessoal, 2015

Histórias do Júlia

Os encontros e as visitas ao Colégio Júlia Kubitschek (CEJK), intercalados aos estudos da literatura acumulada, permitiram aos alunos construir seus objetos de estudo. No contato com o campo, os temas e técnicas de pesquisa puderam ser pensados, como o patrimônio material e imaterial, a história de vida e a invisibilidade de alguns sujeitos. Tais descobertas gradativamente orientaram a percepção dos alunos no sentido de entender que o estudo sobre a memória de professores do CEJK poderia ser feito de vários modos.

As alunas Simone R. e Joana C. optaram por contar a história da fundação do CEJK. O Colégio Júlia Kubitschek foi criado pela Lei nº 1 de 26 de abril de 1960 e recebeu este nome em homenagem à professora primária Júlia Coelho Kubitschek, mãe do presidente Juscelino Kubitschek. A mãe do presidente nasceu em 1873, no Estado de Minas Gerais; seus pais, Augusto Elias Kubitschek e Maria Joaquina Coelho Kubitschek, eram de ascendência tcheca e chegaram ao Brasil por volta de 1831. Aos 25 anos de idade, casou-se com João César de Oliveira, união da qual nasceram três filhos: Eufrosina Kubitschek de Oliveira, em 1900; Maria da Conceição Kubitschek de Oliveira, em 1901; e Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1902. Júlia ficou viúva muito jovem, precisando prover o sustento da família, e foi graças à sua profissão de professora primária que conseguiu fazê-lo. Assim, ministrou aulas por muitos anos na cidade de Diamantina, onde veio a falecer no ano de 1971.

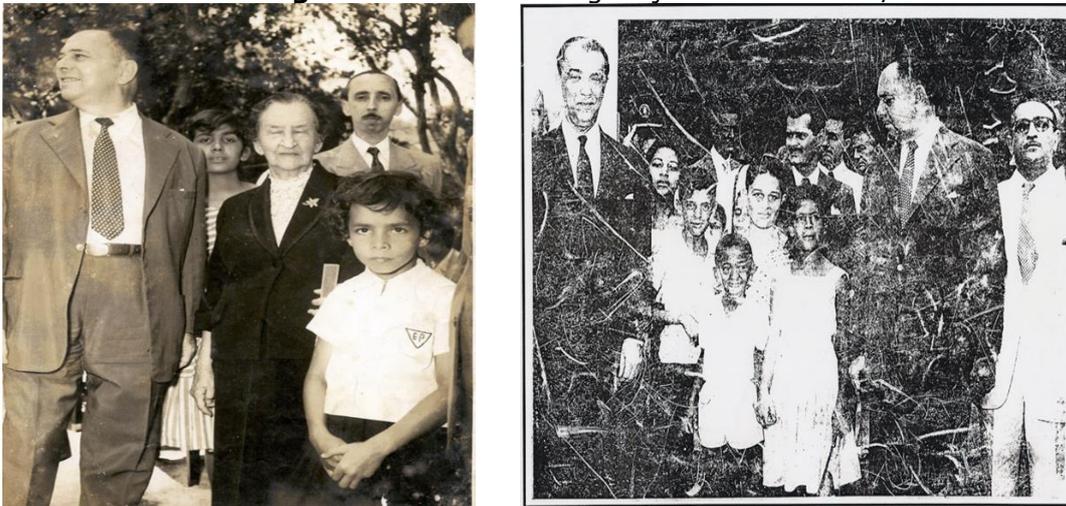
Inicialmente, nos contam as autoras, foram usadas as instalações do Colégio Paulo de Frontin para o funcionamento do Curso Normal, e depois as instalações da Escola Técnica de Comércio Amaro Cavalcante para o funcionamento do Curso Ginásial. No período de 1961 a 1978, o Colégio Júlia funcionou no prédio do Liceu de Artes e Ofícios. Somente em 1979 a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro inaugurou o prédio localizado no Centro, onde a instituição funciona até os dias de hoje, na Rua General

Caldwell, 182. Em 1973 passou a denominar-se Colégio Estadual Júlia Kubitschek.

No percurso da pesquisa, as alunas puderam observar, como narram, que essa instituição representa um período importante da história da Educação no Brasil, pois nos sites e blogs pesquisados encontram relatos de ex-alunos e professores que têm suas trajetórias de vida completamente marcadas e entrelaçadas pela instituição. As alunas escolheram a seguinte citação para fechar o seu texto: “um ponto forte do Júlia é o prazer. Os professores, em sua grande maioria, impulsionados talvez pela ilusão grupal de melhor escola, vão dando o melhor de si” (CHAVES, 2000, p. 39).

As fotos a seguir são da fundação do colégio.

Imagem 4: Fotos de inauguração do CEJK. Dez/ 1957



Fonte: Acervo do <http://emjuliakubitschek.blogspot.com.br>

As alunas Bianca C. e Daniele O., ao visitarem o CEJK, buscaram conhecer os sujeitos “invisíveis” que fazem parte da construção da instituição. Para as autoras, era necessário compreender como e porque acontece o “apagamento de memória” que transforma as histórias em uma única história, permitindo que seja reproduzido apenas o que vai ao encontro dos interesses de quem escreve ou publiciza.

Nesse sentido, preocuparam-se em conhecer os protagonistas anônimos da antiga Escola Normal Júlia Kubitschek, tais como porteiros, inspetores, auxiliares de serviços gerais, merendeiras, cozinheiras etc., sujeitos estes também envolvidos com a Educação e que, mediante as narrativas de experiências cotidianas, também constituem a história daquele espaço, assinalando outros pontos de vista.

Também defendem a ideia de que a história deve ser olhada por outros ângulos, como ensina a escritora nigeriana Chimamanda Adichie: “não existe apenas uma única história sobre determinado local, há sempre muitas histórias e muitos sujeitos” (ADICHIE, 2009, p. 232), que fazem parte direta e indiretamente.

Foi percebido por elas, no percurso da pesquisa, que alguns profissionais subalternos tinham receio em contar suas histórias, posto que fariam de um

outro colégio, daquele em que nunca puderam estudar. Nesse campo de tensão, crescia o desejo das pesquisadoras por desvelar tais histórias, pela escuta, por outras bocas, das histórias não-privilegiadas, dos invisibilizados, silenciados, marginalizados pela história única. Ao fim da pesquisa exploratória, as alunas optaram por se concentrar em duas pessoas que trabalhavam no CEJK, considerando o tempo de serviço na instituição.

Neste sentido, trabalhando com o método do diálogo (PAIS, 2003) – que defende a ideia de que outros *saberes-fazer*s falam por si sós – as alunas entrevistaram M. e S.. Para as autoras, essas falas expressam trajetórias e produções de conhecimentos sobre o CEJK.

[...] Gosto de todo mundo, amo minha profissão, porque eu não estudei, 20 anos na escola e eu não tive oportunidade. Eu acho que a criança pega rápido, né?, que o adulto, porque depois que você casa, tem família e tem mais dificuldade de estudar. Eu também deixei rolar, não quis, sei mal assinar o nome. O professor sempre briga dizendo: 'S, você trabalha há 20 anos na escola e nunca se interessou?' E eu continuei trabalhando na limpeza, é uma pena que não é uma profissão reconhecida. Esse ano eu vou me aposentar, aí a menina me disse, 'todo ano a senhora diz isso e nunca se aposenta'. Mas esse ano eu vou sair, porque a gente aqui não cresce, não é valorizado [...] (S.).

O trajeto de S. e de muitos funcionários das escolas do Rio de Janeiro desvia-se dos padrões formais de ensino. As habilidades que essas pessoas têm são muitas vezes práticas, ligadas à manutenção estrutural da escola. Nessa perspectiva, "o senso comum é indisciplinar e não-metódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder cotidiano da vida" (SANTOS, 2002, p. 108). As trocas de experiências e afetividade de S. e dos educandos englobam estruturas ainda pouco pesquisadas².

O conhecimento científico tem um ar autoritário, intimidador e limitador que, em grande parte, explica a manutenção da segregação experimentada pelas entrevistadas. Aliás, é caso corriqueiro e frequente nas instituições de ensino, e não diferente no CEJK, que se reproduza a interpretação de que a merendeira, a servente e outros, por conta do cargo subalterno que ocupam, nunca se interessaram em estudar, quando, em verdade, não puderam sequer se ver como potenciais estudantes, dada uma hierarquia que desvalorizava sua trajetória de vida e seus saberes.

As autoras apontam que a instituição escolar, focalizando os docentes, esquece de incluir seus funcionários nos projetos culturais desenvolvidos. "A gente nunca é chamada. Ah, vai ter um projeto ali, vai ser bom para você, isso eu nunca vivi" (S.). Assim, perde-se a oportunidade de enriquecer a cultura escolar por meio das trocas dos *saberes-fazer*s, que não se limitam ao conhecimento científico mas têm em vista a solidariedade. O senso comum

² É uma opção metodológica não expor os nomes dos entrevistados, pois, a partir do objetivo do texto, que investiga os percursos e as memórias dos professores e demais funcionários do CEJK, entende-se que não há nenhuma contribuição para a escrita que esteja relacionada a essa identificação.

nos/dos/com cotidianos forja professores mais humanos, ao mesmo tempo que promove uma cidadania horizontal, reinventando a comunidade escolar.

Para as alunas-pesquisadoras, a exclusão daquelas mulheres que viviam para a escola da "escola oficial" implica desperdício social e perda do essencial. Conforme Santos (2002) assinala, "o estabelecimento de uma relação mais ecológica entre diferentes conhecimentos e práticas sociais, privilegiando uma visão de mundo mais integrada, interligada e interdependente" (p. 237).

Mesmo assim, no "clandestino" do Júlia Kubitschek, as entrevistadas contavam como faziam suas "negociações" com os educandos e como recriavam a solidariedade entre esses pares tão ímpares, de maneira a atingir uma relação mútua de bem-estar.

Neste esforço de recuperar as memórias do Colégio, é também de se espantar como tais mulheres testemunharam uma história da qual fizeram parte e como suas narrativas enriquecem a historiografia. M. poderia ser um rico projeto de memórias, fugindo dos moldes formais. Ela traz histórias desde o Liceu (local onde iniciou a instituição, em 1960) até o Júlia de hoje, conhecendo os bastidores da escola e sendo personagem presente em todas as suas transformações. Segue o seu depoimento:

O Júlia era dentro do Liceu, peguei um período em que eu vinha construir, vínhamos com aquele capacete, junto com os engenheiros. Antes era por concurso, hoje é por sorteio. Então eu tô achando essa clientela bem melhor do que a antiga. Passei por direções muito rígidas, um regime militar! Na época do Araquém ... Agora a gente tá com a Sheila, ela é mais light. Não é aquela coisa sedentária, entendeu? (M).

Trata-se de memórias construídas nos\dos\com cotidianos, "caminhos denunciadores dos múltiplos meandros da vida social que escapam aos itinerários ou caminhos abstratos que algumas teorias sociológicas projetam sobre o social" (PAIS, 1993, p. 193). Nesse sentido, enfatizam a argumentação de que, mesmo quando não ouvidos, os conhecimentos marginalizados estão fluindo e deixando suas marcas.

Segundo as alunas-pesquisadoras, contribuir no justo empoderamento daquelas mulheres subalternizadas foi um privilégio; elas endossam que a comunidade do Júlia necessita ainda aprender a incluir seus funcionários, em especial porteiros, inspetores, auxiliares de serviços gerais, merendeiras, cozinheiras. Afinal, são também sujeitos envolvidos com a Educação e precisam ser vistos como potência – *praticantespensantes* – nos\dos\com cotidianos, capacitados a participar das decisões que concernem a todos, dos eventos promovidos não apenas da "coxia", mas como também protagonistas, saindo do anonimato e assumindo uma atitude pró-ativa, na busca de uma "nova escola".

As alunas Priscila M. e Livia de M. debruçaram-se em fontes arquivadas na secretaria do CEJK. Trabalharam com mais de cinquenta documentos de alunos que estudaram na instituição na década de 1960/1970. A partir dos registros escolares desses alunos, das fichas e das declarações, as autoras relatam que foi possível encontrar pistas sobre o ambiente do Colégio Estadual Júlia Kubitschek. Seguindo esses rastros, encontraram informações sobre as origens familiares, a vida fora da escola, os casamentos, filhos e o predomínio feminino na Escola Normal na década de 1960.

Como contam as autoras, a turma de 1966 chamou atenção devido ao fato de que alguns pais de alunos eram médicos. Havia também, nessa turma, duas irmãs cujos pais eram médicos e a família residia em bairro nobre, Ipanema. A maioria, porém, era de filhas de comerciantes, uma vez que a localização do Júlia é numa região de concentração de comércio. Porém, alguns desses pais residiam em pontos distantes; há registros de famílias residentes nos subúrbios de Rocha Miranda e Pavuna. Também verificaram alunas nascidas em outros Estados, entre eles Pernambuco e Bahia. O colégio combinava diferentes estratos sociais: havia mães donas de casa e empregadas domésticas cujas filhas estudavam na mesma sala, algo que combina com a vocação republicana da escola pública.

Sobre a documentação pesquisada referente ao período da década de 1970, surpreendentemente se percebe a presença de muitos rapazes. As turmas eram bem divididas em relação ao número de homens e mulheres. Essa verificação, apontam as autoras, desconstrói a ideia de que o "Normal" era um curso majoritariamente para mulheres.

Por fim, os alunos Adriano F., Bruna G., Carolina C., Luciana C. e Luiza P. investigaram a "materialização" de fragmentos da história do Júlia nas inúmeras placas espalhadas pelo prédio, fotografias, dedicatórias de formandos, registros da inauguração e de obras realizadas, premiações granjeadas pela instituição, dentre outros. Nas homenagens, o nome mais frequente era o do professor Araken de Abreu e Silva.

Araken de Abreu e Silva (foto a seguir) foi um dos diretores que mais influenciou o colégio em sua longa gerência. Ao ser entrevistado, informou que não lhe agradava a colocação de placas, mas não impedia esse feito. A respeito, sua fala foi enfática: "não gosto desse negócio de se mostrar, eu gosto é de trabalhar".

O professor Araken é lembrado como um “incansável lutador”, aquele que transformou o sonho em realidade. Que sonho era esse? O sonho da edificação de um prédio próprio, que atendesse a todas as necessidades da instituição. A ele são atribuídos todos os esforços da construção da escola, sendo esses esforços motivo de orgulho para os professores e alunos do CEJK, tanto os contemporâneos à sua gestão quanto os que ingressaram posteriormente.

Também chamou atenção o modo como o Prof. Araken se remetia à instituição: “Durante dezenove anos o Júlia era como uma alma sem corpo”. Sobre o processo de fundação do CEJK até a constituição do prédio, ele pontuou na entrevista:

Eu não gosto muito de falar na Júlia, porque a Júlia sou eu. A Júlia nasceu à lei número um do Estado da Guanabara, de 1960, um projeto de lei só aqui no Brasil, demagógico. Ficam criadas seis Escolas Normais, a Júlia era uma delas, e não tinha prédio, não tinha nada. Ficam criadas, criadas num papel. O que aconteceu? Havia naquela época uma procura muito grande por Escolas Normais, daí essa lei demagógica... ficam criadas as seis escolas... Primeiro teriam que dar a verba, tudo direitinho, então, nós fomos parar, se eu não me engano, no Largo do Machado, naquela escola que tem lá no Largo do Machado que me falta o nome dela. E lá do Largo do Machado nós viemos para uma escola que tem ali na Rua do Matoso, uma escola grande que tem ali, e finalmente o presidente da Sociedade Propagadora das Belas Artes – olhem lá pra trás, esse foi um dos maiores educadores que o Brasil teve, Sílvio Viana Freire, morreu com 106 anos trabalhando aqui – nos concedeu um espaço para funcionarmos aqui, no Liceu de Artes e Ofícios. (Entrevista com o professor Araken de Abreu e Silva, 2015)

Durante o relato, os alunos-pesquisadores perceberam certa comoção por parte do Prof. Araken. Ele trata a instituição como uma dama, no feminino. O professor também contou que o CEJK foi criado a partir de uma lei de 1960, que decretou a abertura de seis escolas de formação de professores, devido à carência de profissionais para atuarem no ensino do então Estado da Guanabara. Todavia, embora decretado, não havia prédios próprios para abrigar as instituições, tampouco previsão de uma verba destinada a isso. Assim, o CEJK, a “alma”, percorreu cerca de três instituições, nelas habitando “de favor” até encontrar um corpo para si, que ficaria situado na Rua General Caldwell, no Centro do Rio de Janeiro.

Outro ponto alto da entrevista, segundo os alunos, foi quando a secretária de Educação do Governo Faria Lima, Myrthes de Luca Wenzel, perguntou sobre o que o professor Araken desejava para o CEJK. A resposta não foi outra: “A construção de um corpo para esta alma que perambula”. Segundo ele, a secretária foi uma excelente educadora e gestora, conforme também demarcam Faria e Lobo (2006, p. 2714), e asseverou: “É possível afirmar que [...] D. Myrthes tenha sido uma educadora cujas memórias denotam uma obra digna de consideração e respeito”.

Após a aprovação da secretária para a construção do prédio, o diretor reuniu todos os professores, alunos e demais funcionários, incentivando-os a pensarem juntos no projeto de um prédio que atendesse a todas as

necessidades do CEJK. Sobre este momento, o Prof. Araken pontuou, em entrevista concedida a Chaves (2000):

Esse projeto foi feito com os colegas, um grupo de professores monumentais, cada um dizendo das necessidades, quer dizer, foi feito pelo professor, pela sua excelência, pela sua qualidade, ela foi desbancando as outras e era tida por todos como escola padrão (CHAVES, 2000, p. 52).

Assim, depois do projeto preparado e encaminhado ao governo, a construção foi realizada e o prédio finalizado em 1979. Este era, conforme assinalou o professor Araken, uma moderna construção para os padrões da época, com diversas salas de aula, reprografia, sala de recursos visuais, consultório médico e dentário e uma casa para os serventes da instituição. O destaque, para ele, estava na ampla sala de professores, com duas grandes mesas e banheiros, sendo a primeira escola a possuí-los. Segundo o Prof. Araken, em Chaves (2000, p. 52), a sala de professores era “uma obra de respeito para com o educador”.

A atuação deste diretor não se limitou apenas aos esforços para a construção de um prédio, mas aos vinte anos à frente da instituição. Uma das turmas que o homenageou com uma placa ali registrou que, em pouco tempo de convívio, foi possível “sentir a grandeza de um diretor, pelos seus feitos e suas realizações”. Segundo Chaves (2000), “nomeado pelo governador, tinha prestígio político e era movido por uma força emocional que o impulsionava a levar avante o seu projeto de Escola Normal de qualidade” (p. 57). O cenário político mais amplo, porém, era o da ditadura civil militar no Brasil, contemporâneo à gestão do professor Araken no CEJK. Sobre isso, o diretor era reconhecido por fazer a instituição funcionar bem. Chaves (2000) complementa:

A Escola vivia um clima de muito rigor, tanto administrativo quanto pedagógico e disciplinar, consoante, mesmo, com o momento histórico da realidade social mais ampla, decorrente da ideologia da tecnoburocracia. A equipe que assessorava o diretor era de reconhecida competência, fiéis seguidores das regras e normas estabelecidas (CHAVES, 2000, p. 58).

Nas pistas encontradas, pôde-se observar que o rigor do diretor homenageado por tantos também era combatido por outros, em que pese ganhar mais peso na equação, numa atmosfera pública de despolitização, a estabilidade que Araken garantia para a escola. Segundo os professores entrevistados por Chaves (2000), a escola era considerada um paraíso pela sua funcionalidade e a relação com o diretor se dava “numa lógica da ambiguidade, da contradição, traduzida na palavra de alguns professores como: autoritário, bondoso, distante, solidário, de gabinete, protetor.” (CHAVES, 2000, p. 58). Falamos de um tempo histórico de exceção.

Araken de Abreu e Silva foi um diretor de intensos contrastes, vindo a deixar a escola nas eleições diretas para diretor em 1983. O jornal *Folha do Centro*, em uma entrevista, o intitula como “um missionário da educação”. Segundo o jornal, “a educação é um dos direitos inalienáveis do homem e, por

isso, requer que bons educadores disponham o melhor de si. É com esse objetivo que o professor e diretor Araken de Abreu e Silva, hoje com 83 anos e 60 anos de carreira, vem fazendo história na vida de muitos alunos” (FOLHA DO CENTRO, 2013). As palavras do professor Araken durante a entrevista concedida aos alunos-pesquisadores alinhava-se à fala do jornal e não demonstraram modéstia: “Os brasileiros não gostam de história. Mas têm inveja de quem faz história. Eu fiz história”. Sua vaidade, contudo, não é narcísica. Ele está falando do professor primário, aquele que de todos, fez e faz mais história: “Você tem um país forte quando você tem uma escola forte. A minha carreira é a principal, porque é a base da base. É a professora primária. É ela quem dá os primeiros passos para você poder ler. É uma carreira linda ... eu adoro a minha profissão até hoje. Eu sempre quis ser professor e não me arrependo” (FOLHA DIRIGIDA, 2012).

Algumas considerações finais

O objetivo deste texto foi mapear a trajetória do trabalho desenvolvido com os alunos da disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica: Ciências Sociais e Educação (PPP), do curso de graduação em Pedagogia entre os anos de 2014 a 2015.

Essa proposta de trabalho se amparou na investigação em desenvolvimento que se propõe a identificar as marcas da produção cultural (anos 1960/1980) no processo de transição entre o Estado de exceção e o Estado de Direito, tendo como o cenário político a redemocratização no Estado do Rio de Janeiro. Assim, intentando compreender a formação cultural e as práticas políticas que inspiraram o professorado, em especial do Colégio Estadual Júlia Kubitschek, objetivamos analisar o processo de construção do pensamento educacional naquelas décadas, em meio às incoerências daquele período, buscando os rompimentos e as continuidades no imaginário docente.

Desse modo, trabalhando com a categoria da memória, propusemos uma pesquisa que identificasse, nas falas e memórias dos professores do CEJK, vestígios que expusessem o campo de tensões que se coloca nesse período, em especial na escola investigada. Para esse objetivo, investimos em uma metodologia de pesquisa que privilegiasse a teoria, com estudos de autores do âmbito da memória, bem como a empiria. Com essa finalidade, fizemos visitas à instituição investigada e criamos uma rede de contatos na escola que abarca docentes, discentes e pessoal administrativo.

Foi satisfatório o resultado do trabalho, considerando que, como proposto nos objetivos da disciplina pelas vias dessa pesquisa, criamos situações de leitura de vários autores e metodologias, que possibilitam a sistematização do conhecimento, com exercícios de escrita autônoma e crítica. Dadas às variadas atividades que fizeram parte do roteiro de construção dos textos, também houve inserção em diferentes atividades acadêmicas e culturais, tais como palestras de mestrandos e doutorandos da instituição e visitas a espaços da Cidade.

Por fim, sinalizamos uma boa receptividade desse trabalho com os alunos da disciplina. Acreditamos que essa satisfação está intrinsecamente relacionada às queixas que recebíamos sobre a distância entre o curso de Pedagogia e as

escolas. Assim, a pesquisa foi uma possibilidade de aproximar os alunos da Universidade com a escola de Educação Básica. Desse modo, consideramos que a pesquisa trouxe uma contribuição no campo da historiografia, em relação aos estudos dos professores fluminenses, mas também sinaliza a importância de propor atividades para os alunos de graduação em que haja diálogo entre a teoria e a empiria.

Referências Bibliográficas

- ACCÁCIO, L. O. 1995. A criação do instituto de educação do Rio de Janeiro. In: Anped/18ª Reunião anual. GT2 – História da Educação. Caxambu/MG. http://www.labev.uerj.br/textos/tecnicas-pesquisa_pesquisa-bibliografica.pdf.
- ANDERSON, Benedict R. 2008. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- ADICHIE, Chimamanda. 2009. *O perigo da história única*. TED Ideas Worth Spreading, Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ>>. Acessado em: 10 nov. 2015.
- BARROSO, João. 2005. *Políticas Educativas e Organização escolar – Temas Universitários*. Universidade Aberta, Lisboa.
- BIGNOTTO, Newton. 2002. *Pensar a República*. Editora UFMG.
- CARLOS, Afonso; SANTOS, Marques dos. *A invenção do Brasil*. Ensaios de história e cultura. Editora UFRJ, 2007.
- CARVALHO, Carolina; SOUZA, Florbela de; PINTASSILGO, Joaquim. 2005. *A educação para a cidadania*. Coleção Educação – Teoria e Prática. Porto Editora Ltda., Porto.
- FARIA, L. 1991. *CIEP: A Utopia Possível*. São Paulo: Livros Tatu.
- CHAVES, Iduina Mont'Alverne. 2000. *Vestida de azul e branco como manda a tradição. Cultura e Rituais na Escola*. Rio de Janeiro: Intertexto: Quartet.
- _____. SOUZA, Sílvio (org.). 2008. *Ecos e Memórias da Escola Fluminense*. Rio de Janeiro: Quartet, Faperj.
- _____. NOLASCO-SILVA, Leonardo. Chico Buarque no feminino e no masculino. In *Revista Gênero*, EdUFF, Niterói, RJ, 2010.
- _____. 2011. *Chaguismo e o brizolismo: territorialidades políticas da escola fluminense*. Rio de Janeiro: Quartet.
- LE GOFF, Jacques. 1984. Memória-História. In *Enciclopédia Einaudi*. V.1. Verbetes "história", "memória", "documento/monumento". Lisboa: imprensa nacional-casa da moeda.
- LÔBO, Yolanda; FARIA, Lia (org.). 2008. *Vozes femininas no império e na república*. RJ: Quartet.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. [s. d.]. *A cultura material no estudo das sociedades antigas*. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/61796/64659>>. Acesso em 13/11/2015.
- _____. 1997. *Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público*. *Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais*, Rio de Janeiro/São Paulo, CPDOC/FGV-IEB. USP.

- NORA, Pierre. 1979. O retorno do fato. In: *História novos problemas*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de. 2013. Utopias praticadas: justiça cognitiva e cidadania horizontal na escola pública. *Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora*, v. 15, n. 2.
- RIBEIRO, Darcy. 1986. *O Livro preto dos CIEPs*. RJ: Bloch Editores S.A.
- SOUZA, S. C.; VILLANOVA, C. ; FARIA, L. C. M. 2011. Henriette Amado: uma aventura interrompida.. *Labrys (Edição em Português. Online)*, v. 1, pp. 1-150.
- SPOSITO, Marília Pontes. 1984. Escola pública e movimentos sociais. São Paulo, *Revista da ANDES*, n. 7, pp. 15-20.
- POLLAK, Michael. 1989. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, vol. 2, n. 3, pp. 3-15.
- PAIS, José Machado. 1993. Nas Rotas do Quotidiano. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.37, pp.105-115.
- _____. 2003. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez.
- PASSOS, Mailsa Carla Pinto. 2014. Encontros cotidianos e a pesquisa em Educação: relações raciais, experiência dialógica e processos de identificação. *Educar em Revista*, Curitiba: Editora UFPR, n. 51, pp. 227-242.
- SANTOS, Boaventura de Souza. 2002. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez.
- WILLIAMS, Raymond. 2011. *Cultura e materialismo*. Editora Unesp.